



# Protocolo de Cooperação

### Considerando que:

- a) De acordo com o n.º 3 do artigo 8.º e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho, as organizações não-governamentais de pessoas com deficiência (ONGPD) de representação genérica têm direito a apoio financeiro ao funcionamento concedido pelo Estado;
- b) Nos termos das disposições articuladas dos n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho e do artigo 10.º da Portaria n.º 7/2014, de 13 de janeiro, a atribuição do referido apoio financeiro ao funcionamento depende do registo como ONGPD junto do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.) e da celebração de protocolos de cooperação;
- c) O n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho, identifica o INR, I.P. como principal interlocutor institucional de apoio às ONGPD;
- d) Nos termos da al. I), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31/2012, de 9 de fevereiro, constitui atribuição do INR, I.P. apoiar as ONGPD e avaliar os respetivos relatórios de atividades e contas, nos termos da lei;
- e) A FPDD Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência é uma ONGPD de representação genérica, encontrando-se registada no INR, I.P. para efeitos de celebração de protocolo de cooperação de apoio financeiro ao funcionamento nos termos legais atrás referidos;
- f) Foi publicado o Regulamento de Apoio Financeiro ao Funcionamento das ONGPD, Regulamento n.º 1026/2020, de 18 de novembro, doravante identificado apenas por Regulamento, que estabelece que o apoio financeiro ao funcionamento está sujeito à celebração de dois protocolos de cooperação entre o INR, I.P. e as ONGPD, sendo um protocolo de adiantamento e um protocolo final, conforme previsão do artigo 4.º do Regulamento;
- g) Nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento, o protocolo final de cooperação tem por objetivo a definição dos termos e condições de atribuição do apoio financeiro ao funcionamento no ano em causa;
- h) Para efeitos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a FPDD Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência cumpriu com a obrigação de entrega do relatório de execução do apoio recebido no ano anterior, e respetivo balancete do centro de custos;





**Entre:** 

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.), pessoa coletiva nº 600055930, com sede na Avenida Conde Valbom, nº 63 – 1069-178 Lisboa, neste ato representada por Humberto Fernando Simões dos Santos, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado PRIMEIRO OUTORGANTE;

e

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), pessoa coletiva nº 502513934, com sede na Rua Presidente Samora Machel, Lote 7 — Loja Dta. — 2620-061 Olival Basto, neste ato representada por Fausto José da Cruz Pereira, na qualidade de Presidente, adiante designado SEGUNDO OUTORGANTE,

É celebrado o presente protocolo de cooperação que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª

#### Objeto

O presente protocolo de cooperação tem por objeto a definição dos termos e condições de atribuição e execução do apoio financeiro ao funcionamento atribuído pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, relativamente ao ano de 2022, em cumprimento do estipulado na al. b) do artigo 4.º e artigo 14.º do Regulamento.

# Cláusula 2.ª

### Período de execução

O período de execução das despesas objeto da comparticipação financeira ao abrigo do presente protocolo de cooperação decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, independentemente da data da sua assinatura pelos outorgantes.





### Cláusula 3.ª

# Comparticipação financeira

- 1 A comparticipação financeira a prestar pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante destina-se a custear as despesas gerais de funcionamento elegíveis constantes do artigo 9.º do Regulamento e identificadas no anexo a este protocolo.
- 2 O montante da comparticipação financeira a prestar pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante no âmbito do apoio financeiro ao funcionamento para o ano de 2022, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento e do respetivo Anexo, ascende a 20.511,87€ (vinte mil, quinhentos e onze euros e oitenta e sete cêntimos), produto da soma das seguintes parcelas:
  - a) valor da comparticipação financeira fixada no protocolo de cooperação de adiantamento já celebrado e pago: 10.625,43€ (dez mil seiscentos e vinte cinco euros e quarenta e três cêntimos);
  - b) valor da comparticipação financeira fixado no presente protocolo de cooperação final a ser celebrado e pago nesta data: 9.886,44€ (nove mil, oitocentos e oitenta e seis euros e quarenta e quatro cêntimos).
- 3 O Primeiro Outorgante procederá ao pagamento da comparticipação financeira referida alínea b) do n.º 2 através de transferência bancária para o IBAN nº PT50 0033 0000 0004 9854 37422, nos termos e no prazo referidos no artigo 15º do Regulamento.

### Cláusula 4.ª

### Obrigações e direitos do Primeiro Outorgante

- 1 No âmbito do presente protocolo, o Primeiro Outorgante possui as seguintes obrigações:
  - a) Proceder ao pagamento da comparticipação financeira devida ao Segundo Outorgante, de acordo com o previsto no artigo 15º do Regulamento;
  - b) Fornecer ao Segundo Outorgante toda a informação relevante para efeitos do apoio financeiro ao funcionamento.
- 2 Constituem nomeadamente direitos do Primeiro Outorgante:
  - a) Avaliar a execução do apoio financeiro ao funcionamento concedido ao Segundo Outorgante;
  - b) Proceder à realização de ações de controlo financeiro *in loco,* podendo para o efeito ser ordenados inquéritos, sindicâncias e inspeções;





- c) Solicitar ao Segundo Outorgante, sempre que necessário, a prestação de esclarecimentos e a apresentação de documentos no âmbito da avaliação da execução do apoio prestado e respetivo controlo e acompanhamento;
- d) Aplicar as sanções previstas na lei e no presente protocolo, no caso de incumprimento por parte do Segundo Outorgante.

### Cláusula 5.ª

### Obrigações e direitos do Segundo Outorgante

- 1 No âmbito do presente protocolo, o Segundo Outorgante possui as seguintes obrigações:
  - a) Aplicar a comparticipação financeira identificada na cláusula 3.ª às despesas gerais de funcionamento elegíveis constantes do artigo 9.º do Regulamento e identificadas no formulário de candidatura de 2022 ao apoio financeiro ao funcionamento e que deram origem ao anexo ao presente protocolo;
  - b) Proceder à entrega dos relatórios previstos no artigo 18.º do Regulamento, de acordo com o fixado nesse normativo;
  - c) Cumprir com as regras de contabilidade específica estabelecidas no artigo 16.º do Regulamento;
  - d) Prestar esclarecimentos e apresentar documentos, sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, nomeadamente no âmbito da avaliação da execução do apoio e ações de controlo financeiro;
  - e) Colaborar nas ações de controlo financeiro e fiscalização desenvolvidas pelo Primeiro Outorgante, na sede, delegações ou núcleos da Segunda Outorgante;
- 2 O Segundo Outorgante tem direito ao recebimento pontual da comparticipação financeira devida pelo Primeiro Outorgante, nos termos constantes do artigo 15º do Regulamento.

# Cláusula 6.ª

#### Mora

A mora no cumprimento da obrigação prevista na alínea b), do n.º 1, da cláusula 5.ª, e antes da verificação do incumprimento definitivo previsto no n.º 4 do artigo 18.º do regulamento, determina a aplicação ao Segundo Outorgante de uma penalização no valor de 5% do apoio concedido no ano a que se referem os relatórios.





### Cláusula 7.ª

## Incumprimento das obrigações do Segundo Outorgante

O incumprimento das obrigações previstas nas alíneas a) e b,) do n.º 1, da cláusula 5.ª constitui o Segundo Outorgante no dever de proceder à reposição dos montantes devidos a título de apoio financeiro ao funcionamento pelo Primeiro Outorgante.

### Cláusula 8.ª

### Aplicação supletiva e subsidiária

A todas as situações não previstas no presente protocolo é aplicável, de forma supletiva e subsidiária, o Regulamento de Apoio Financeiro ao Funcionamento das ONGPD.

### Cláusula 9.ª

### Vigência

O presente protocolo vigora pelo período de tempo indispensável à plena concretização do seu objeto.

O presente protocolo é assinado em duplicado, ficando um original na posse de cada um dos outorgantes.

realization of	.1 .	1. 2022
Lishoa.	de	de 2022

### O Primeiro Outorgante

Humberto Fernando Simões dos Santos Digitally signed by Humberto Fernando Simões dos Santos DN: c=PT, o=Instituto Nacional para a Reabilitação IP, cn=Humberto Fernando Simões dos Santos Date: 2022.08.01 19:11:37 +01'00'

### **Humberto Santos**

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

# O Segundo Outorgante

Assinado por: **FAUSTO JOSÉ DA CRUZ PEREIRA** Num. de Identificação: 01463348 Data: 2022.07.19 10:20:06+01'00'

Fausto José da Cruz Pereira

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD)



# Anexo Despesas Protocoladas - 2022

Identificação da das Associadas/Sede/delegações/núcleos a quem se destina o apoio		
FPDD_Direção Nacional		
Direção Nacional		
Delegações de:		

Encargos com recursos humanos			
Sede/núcleo/delegação/associada	Nome	Valor máximo	
SEDE	Manuela Palma	4.415,10 €	
SEDE	Carla Soares	4.145,54 €	
SEDE	Raúl Cândido	756,52 €	
SEDE	Hugo Silva	1.715,53 €	
SEDE	Carlota Cunha	288,43 €	
SEDE	Susana Santos	3.973,83 €	
SEDE	José Ricardo rocha	1.650,00 €	
SEDE	Luís Taborda	1.100,00 €	
Total		18.044,95 €	

Transporte nas deslocações, alojamento e alimentação em território nacional, decorrentes de reuniões, conferências e		
similares em representação institucional da ONGPD		
Sede/núcleo/delegação/associada	Valor máximo	
SEDE - Deslocações, estadias e alimentação	850,00 €	
Total	850,00 €	

Encargos com água		
Sede/núcleo/delegação/associada	Fornecedor	Valor máximo
SEDE	SIMAR	82,50€
Total		82,50 €

Encargos com eletricidade		
Sede/núcleo/delegação/associada	Fornecedor	Valor máximo
SEDE	EDP	687,50 €
Total		687,50 €

Encargos com comunicações e alojamento de sites			
Sede/núcleo/delegação/associada	Fornecedor		Valor máximo
SEDE	VODAFONE		245,50 €
SEDE	СТТ		88,00€
			333,50 €
	Encargos com rend	as de instalações	
Sede/núcleo/delegação/associada	Fornecedor		Valor máximo
Total			0,00€



Encargos com serviços de contabilidade			
Sede/núcleo/delegação/associada	Fornecedor	Valor máximo	
SEDE	Quest 21 II - Consulting	1.650	
SEDE	PKF	907,5	
Total		2.557,50 €	

Material consumível de escritório e consumível de informática, bem como a aquisição de software informático e respetivas			
licenças, desde que, comprovadamente, sejam imprescindíveis ao normal funcionamento das ONGPD			
Sede/núcleo/delegação/associada	Identificação do encargo	Valor máximo	
SEDE	Licença Informática- PRIMAVERA	550	
SEDE	Material de escritório	270	
Total		820,00 €	

Humberto Fernando
Simões dos Santos
Dit; c=PT, o=Instituto Nacional para a
Reabilitação IP, cn=Humberto Fernando
Simões dos Santos
Date: 2022.08.01 19:12:24 +01'00'

Assinado por: **FAUSTO JOSÉ DA CRUZ PEREIRA** Num. de Identificação: 01463348 Data: 2022.07.28 17:11:01+01'00'